

AGRICULTURA FAMILIAR E AS RELAÇÕES DE GÊNERO: UM ESTUDO DA TRAJETÓRIA DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR.

Priscila R. C. de Oliveira< priedc@yahoo.com.br>¹

Cristina Teixeira Lelis²

Kelly de Almeida Silva³

Tamara de Barros Vieira⁴

Maria das Dores Saraiva de Loreto⁵

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar o papel das mulheres trabalhadoras rurais na agricultura familiar, bem como mostrar o perfil e a presença dessas mulheres no meio rural, através de seu trabalho, movimentos e lutas sociais por uma melhoria na qualidade de vida, já que inúmeras dificuldades a colocam em posição de subordinação em relação ao homem, devido à divisão de gênero, estabelecida pela sociedade. Procurou-se ressaltar a realidade vivida pelas trabalhadoras rurais na agricultura familiar, verificando assim, a visão da família e da sociedade com relação ao trabalho feminino. Fez-se uso de pesquisa bibliográfica, a qual revela que há uma crescente mudança com relação à participação das mulheres na agricultura familiar pois estas, junto ao homem, vem desenvolvendo atividades relacionadas ao plantio, a colheita, a administração, além do seu trabalho no ambiente doméstico. Se antes as atividades das mulheres rurais eram vistas como uma mera ajuda, hoje através das manifestações e lutas sociais a relação de desigualdade de gênero vem diminuindo, apesar de existir ainda uma visível subordinação.

Palavras-Chaves: Mulher trabalhadora rural, agricultura familiar e relações de gênero.

INTRODUÇÃO

O termo agricultura familiar recebe diferentes denominações de acordo com a abordagem dada por cada autor, contudo, neste estudo fora adotado o conceito utilizado por Baudel (1995), que a entende como uma família proprietária dos meios de produção e assume também o trabalho no meio produtivo. Cabe destacar que esse caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo. O fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente.

Percebe-se que vários estudos e pesquisas sobre agricultura familiar e mulher na agricultura destacam seu papel fundamental dentro e fora do grupo familiar, no entanto seu trabalho junto ao homem é visto como caráter secundário, auxiliar e acessório.

Dessa situação de inferioridade em relação ao trabalho masculino surgiram diversas manifestações sociais para o reconhecimento de seu papel e sua participação de forma ativa nos processos produtivos no meio rural.

¹ Estudante de graduação do curso de Economia Doméstica.

² Estudante de graduação do curso de Economia Doméstica.

³ Estudante de graduação do curso de Economia Doméstica

⁴ Estudante de graduação do curso de Economia Doméstica

⁵ Professora da Área de Economia Familiar do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa - UFV/MG.

Alguns movimentos e lutas sociais surgiram com a intenção de contribuir para o fortalecimento de processos em que as mulheres participassem de atividades no meio sindical e de movimentos sociais em geral, na luta pela igualdade entre os gêneros, assim como, pelo reconhecimento em seu trabalho e das suas atividades como profissão, e não como uma mera ajuda.

METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos neste trabalho, fez-se uso de pesquisa bibliográfica, por meio de consulta a documentos e estatísticas sensitárias além de sistematização e a organização das idéias.

Com base nessa metodologia o trabalho foi realizado em quatro etapas: a) definição do tema; b) pesquisa bibliográfica, que foi de fundamental importância para analisar a situação das trabalhadoras rurais de forma crítica e objetiva, baseada nos seguintes autores: Viana (2003); Medeiros (2001); Rockenbach (1995); Wanderley (1999); Pisa e Ribeiro (1999); Woortmann (1990); Heredia (1979); Abramovay e Silva (2000); Abramovay e Rua (2000); Carvalho (1999); dentre outros. c) com que instrumento? Observação, consulta a documentos? Onde? Procurou-se pesquisar mais detalhadamente a realidade vivida pelas trabalhadoras rurais na agricultura familiar.

d) síntese das análises: das trajetórias femininas no meio rural, observando o que as mulheres viveram e o que mudou em suas vidas, com relação ao trabalho, família e relações sociais, dentro do cotidiano observado pelos diversos autores citados; e da visão da família e da sociedade com relação ao trabalho desempenhado por essas mulheres, destacando assim a sua importância na contribuição do orçamento familiar.

Para uma melhor compreensão, os resultados e discussões estão pontuados em subtítulos relevantes, associados com o tema em questão e objetivos propostos.

AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

A agricultura familiar foi durante muito tempo deixado em segundo plano, e até mesmo esquecido pelas políticas públicas. Isso porque a aplicação dos recursos favoreceu a grande propriedade, fazendo com que a agricultura familiar sobrevivesse precariamente em meio a uma competição desigual de condições com setores da moderna agricultura brasileira.

Entretanto nas últimas décadas a agricultura familiar tem despertado a atenção de diversos segmentos sociais, dentre eles: sindicatos, academia, órgãos governamentais e não governamentais que a vêem como modelo alternativo de desenvolvimento rural para reduzir a pobreza, promover a equidade e utilizar racionalmente os recursos naturais.

Para a professora Sônia Bergamasco, da Faculdade de Engenharia Agrícola (FAGRI) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), as atividades não agrícolas, na agricultura familiar, vêm crescendo nas últimas décadas. Bergamasco explica que essas atividades

“[...] são fruto de um processo de transformação que tem suas bases na urbanização do campo brasileiro, como o crescimento dos serviços e o aumento das agroindústrias. Na agricultura familiar, as atividades não agrícolas vêm se verificando, principalmente, no processo de agregação de valores a ser comercializado” (SOUZA, 2002).

O crescimento da agricultura familiar é notável, pois de acordo com os dados da secretaria da Agricultura Familiar são 13,8 milhões de pessoas em cerca de 4,1 milhões de estabelecimentos familiares, o que corresponde a 77% da população ocupada na agricultura. Cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira e 37,8% do valor bruto da produção agropecuária são produzidos por agricultores familiares.

O PERFIL DA MULHER DO MEIO RURAL

De acordo com pesquisa realizada por Viana (2003), na região de APODI⁶, no que concerne à idade, as mulheres são, na maioria, jovens ou medianas: 48% encontravam-se na faixa etária entre 30 a 49 anos e 13%, entre 50 a 59 anos. Além dessas 33% encontram-se na faixa de 20 a 29 anos e apenas 6% tem mais de 59 anos de idade.

São mulheres com intensa jornada de trabalho cumprindo em média 14 horas de trabalho todos os dias. Essa intensa jornada da conta da pouca expressividade do processo de desenvolvimento local, mostrando então uma invisível atividade produtiva da mulher na divisão do trabalho.

Na zona rural, geralmente, o número de mulheres é inferior ao dos homens, sendo vistas apenas como mães e esposas dos trabalhadores rurais, na total certeza de sua invisibilidade na contribuição financeira com o trabalho no campo, evidenciando o seu trabalho auxiliar. Com seu pouco reconhecimento acabam buscando novas oportunidades.

Com relação aos aspectos relativos à vida conjugal das mulheres rurais, observa-se como explica os dados do diagnóstico do território de APODI, 69% corresponde a mulheres casadas legalmente e 22% vivendo em união consensual e o restante correspondendo às viúvas, separadas e as solteiras.

⁶ APODI é uma região do estado do Rio Grande do Norte, integrado por seis municípios, em 15 áreas de assentamentos e quatro comunidades dedicadas à agricultura familiar.

No que diz respeito à religião das mulheres rurais nota-se que predomina a Católica, em seguida a Evangélica e uma minoria sendo Espírita ou Testemunha de Jeová. É importante considerarmos que essa questão é polêmica e que envolve elementos étnicos e morais.

Quanto à identidade étnico-racial, Viana (2003), em sua pesquisa observou que 23% das entrevistadas consideram-se brancas, 9% e 8% disseram-se negras e pardas, respectivamente. Um fato que chamou bastante atenção é 55% das entrevistadas terem se declarado morenas e o surgimento de algumas variações como morena clara e galega ambas com 2%. Percebe-se que a maioria das mulheres encontra dificuldade em classificar sua raça e etnia, levando-as, muitas vezes, a omitir suas verdadeiras origens.

Levando-se em consideração a educação, nota-se que existe um número expressivo de mulheres trabalhadoras rurais analfabetas, muitas chegam a se matricular no ensino fundamental, mas são poucas que conseguem concluí-lo. Dados das Nações Unidas indicam que 88% das mulheres estamos abaixo do nível de escolaridade, na região nordeste os índices de analfabetismo é superior à média mundial, que mostra que 60% das pessoas analfabetas no mundo são mulheres.

O baixo nível de escolaridade expresso nos dados acima, nos leva questionar as dificuldades vividas por essas mulheres, devido às péssimas condições para um bom desempenho educacional destas. Essas dificuldades dizem respeito a: falta de sistemas de creches na zona rural; prática do casamento precoce; dificuldade de se dirigir até a escola mais próxima; estrutura física precária das escolas rurais que muitas vezes funcionam em locais arranjados ou estruturas construídas para outros fins.

O PAPEL DESEMPENHADO PELAS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR

Através do papel estabelecido pelas relações de gênero, as mulheres são as responsáveis pela reprodução social do grupo, como: cuidar da casa, dos filhos, do marido. No que tange o trabalho exercido por elas fora da unidade doméstica, as mesmas são vistas desempenhando apenas atividades consideradas como “ajuda”.

Viana (2003) verificou, em sua pesquisa através da coleta de dados na região do APODI, que 42% das mulheres trabalham na roça; 10% ajudam o marido na roça; 2% cuidam dos animais; e 46% trabalham em outras atividades. Isso significa que elas realizam as mesmas atividades que os homens, com o diferencial que não recebem por este trabalho e tem como prioridade os cuidados com a casa.

A mulher ainda tem mais dificuldades de acesso ao trabalho do que o homem. A elas são destinados trabalhos menos remunerados, de menor prestígio, que não exija tanto esforço físico.

Segundo dados da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG⁷, as mulheres respondem por 40% da mão de obra rural. Na agricultura familiar elas representam 36,2% das pessoas ocupadas (ABRAMOVAY e SILVA, 2000).

É notável um crescimento feminino com participação ativa na agricultura familiar. Prova disso está representado nos dados coletados por Pisa e Ribeiro (1999), no estado de Minas Gerais, onde no período de 1985-1986 a participação feminina passa de 24,51% para 26,16%. Os autores observaram que essa maior ocupação feminina ocorreu nos menores estabelecimentos, identificados com a agricultura familiar, ocupando 79,51% das mulheres que trabalhavam na agropecuária em 1996. Sua maior participação relativa e absoluta ocorre como membros não remunerados da família e representam 33,58% do total ocupado nessa categoria. Esses dados são coerentes com os apresentados por Abramovay e Silva (2000), e evidenciam a importância do trabalho feminino na agricultura familiar neste estado (MEDEIROS, 2001, p. p.37).

Os tipos de trabalho que as mulheres desempenham na agricultura familiar variam de acordo com os padrões culturais e sociais existentes em um determinado grupo. Sendo que sua maior participação se restringe a cuidar da horta, tirar o leite; cuidar dos animais; cuidar das lavouras; horticultura; tarefas de colheita e do plantio, tudo isso é destinado ao autoconsumo da família. Embora a maior parte do trabalho da mulher se limita ao espaço doméstico, sendo este de âmbito privado, existem casos, em Minas Gerais, por exemplo, em que as mulheres atuam expressivamente nas lavouras temporárias, lavouras permanentes, na produção mista e na pecuária, podendo esse trabalho não ser tão invisível economicamente quanto se imagina (MEDEIROS, 2001, p.38).

LUTAS E MOVIMENTOS SOCIAIS

Ao longo dos anos, as mulheres trabalhadoras rurais, sofreram com uma grande desigualdade e subordinação em relação ao homem. Isso gerou uma absoluta insatisfação na vida da mulher. Entretanto, as mulheres rurais começaram a unir forças em busca de uma maior equidade entre os sexos.

Em 1993, ocorreu a primeira campanha de documentação através da mobilização nacional realizada pelo movimento das trabalhadoras rurais da região Sul e Nordeste. Começando assim, a luta por direitos de aposentadoria, o reconhecimento da atividade como profissão, melhores condições de vida e visibilidade, tanto no trabalho quanto nas suas participações dos movimentos sociais, enfim, queriam ser respeitadas, provando serem capazes de exercerem as mesmas atividades desempenhadas pelos homens.

No ano de 2000, com a articulação da Marcha Mundial de Mulheres e Marcha das Margaridas, a coordenação Oeste de Mulheres Trabalhadoras Rural fortaleceu a organização na

⁷ Confederação Nacional dos trabalhadores na Agricultura

região, construindo um processo político nas nações desenvolvidas. Percebe-se, desta forma, que as mulheres buscaram por políticas públicas consistentes e mais eficazes, com objetivo de acabar com a relação de desigualdade de gênero imposta pela sociedade, que acredita que o homem deva sempre ter a autonomia sobre a mulher.

CONCLUSÃO

As pesquisas que vem se dedicando às questões da mulher, especialmente os estudiosos da relação da mulher na agricultura familiar, bem como todos os processos por elas vividos, sinalizam que há uma crescente transformação no que diz respeito à sua participação ativa no campo, mas ainda é visível a sua subordinação.

Essa subordinação é decorrente da cultura patriarcal que influenciou a formação da sociedade brasileira que persiste até os dias de hoje, em menor proporção. Percebe-se que com o passar do tempo às mulheres rurais vêm tentando reverter esta realidade, participando junto ao homem das atividades relacionadas ao plantio, a colheita, a administração, além de seu trabalho considerado não agrícola, contribuindo assim de forma importante para o orçamento familiar, não ficando somente nos trabalhos considerados “leves” como: cuidar da casa, dos filhos, da horta, enfim do ambiente domiciliar em geral.

O trabalho das mulheres rurais era visto pela sociedade apenas como uma mera ajuda, apontando desta forma, para os aspectos secundários pelos trabalhos realizados por ela. Entretanto, muitas vezes sua carga horária era igual ou superior ao do homem, pois conciliavam os afazeres domésticos com as atividades agrícolas, trabalhando até 14 horas em média por dia.

Um grande passo que as mulheres rurais deram para contornar esta situação foi o início de um trabalho não agrícola, como o cuidado com os animais, nas hortas, a fim de proporcionar renda, garantir uma mínima autonomia e individualização, gerando então uma maior visibilidade de seu trabalho.

Por todas essas condições de desigualdade estabelecida pelas relações de gênero, as mulheres, passaram a se mobilizarem e se unirem, reivindicando por uma vida digna no meio rural. Essa é uma questão cultural que não se modifica de imediato.

As mudanças nesse quadro de indiferença para com as mulheres trabalhadoras rurais dependem também de políticas públicas mais eficazes, proporcionando-lhes os mesmos direitos que os homens possuem no que se refere a documentação, a herança, a titulação da terra; adotando medidas incentivadoras e esclarecedoras na utilização dos seus direitos. Conscientes de seus direitos a mulher pode conquistar uma participação mais respeitada dentro da agricultura familiar e a autonomia de atuarem tanto na produção quanto na administração do meio de renda da sua família.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Revista Reforma Agrária - Revista ABRA**, v. 25, nº 2 e 3, 1995.
- BRUSCHINI, Cristina. **Tendências da força de trabalho feminino brasileiro nos anos 70 e 80: algumas comparações regionais**. São Paulo: FCC/DPE, 1989.
- CENTRO FEMINISTA 8 DE MARÇO. **Relações de Gênero no Semi-árido - Diagnóstico do território de Apodi**. Mossoró, Rio Grande do Norte; Cadernos 8 de Março, número 6; 2003.
- Ferrão, Romário Gava. **Metodologia científica para iniciantes em pesquisa**. Linhares, ES:Unilinhares/Incapes, 2003.
- KARAM, Karen Follador. **A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades**. Universidade Federal de Santa Catarina. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.
- MEDEIROS, Rosa Maria. **Mulher, Terra e Trabalho: Trajetórias femininas na agricultura familiar mineira nos anos 1990**. 2001.
- NEVES, Delma Pessanha. **Revista ABRA**, vol. 25, nº 2 e 3, 1995.
- NOBRE, Miriam (Org.). **Gênero e Agricultura Familiar**. Cadernos Sempreviva. São Paulo: 1999. Sempreviva Organização Feminista.
- PROJETO Dom Helder Câmara. **As Agricultoras – Gênero no Projeto Dom Helder Câmara**. Recife: 2003. Revista do Projeto Dom Helder Câmara – Assessoria de Gênero e Geração.
- ROCKENBACH, Inácio Hugo. **A mulher na administração da empresa familiar rural: O caso de um grupo de gestão agrícola em Santa Catarina**. Lavras, Minas Gerais, 1995.